

UM GRITO NO AR

Comunicação e Criminalização dos
Movimentos Sociais



Organizadoras

Elen Geraldes
Janara Sousa
Ruth Reis
Vanessa Negrini



Universidade de Brasília



FAC
LIVROS

Um grito no ar

Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais

Organizadoras

Elen Cristina Geraldês | Ruth de Cássia dos Reis

Janara Kalline Leal Lopes de Sousa | Vanessa Negrini



Copyright © 2017 by FAC-UnB

Foto Capa Daniel Castellano (Gazeta do Povo)
Agradecimentos Ângela Alves Machado
Diagramação LaPCom
Apoio Lizely Borges



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac@unb.br

DIRETOR
Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA
Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldes, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cíclia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard
Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti
(UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo
Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng
(Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

SECRETARIA EDITORIAL

Vanessa Negrini

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

S725m

Um grito no ar – Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais /
organizadores, Elen Cristina Geraldes... [et al.] – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2017.
344 p.; 21,59x27,94cm.

ISBN 978-85-93078-24-8

1. Comunicação. 2. Movimentos sociais. I. Título.

CDD: 305.4

CDU: 305-055.2

DIREITOS CEDIDOS PARA ESTA EDIÇÃO PARA A FAC-UNB.
Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
ALEXANDRE MARCELO BUENO.....	9
MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS SIMULACROS	
ANA JÚLIA RIBEIRO	26
A MÍDIA QUER NOS COLOCAR PARA BAIXO	
ANINHO MUCUMDRAMO IRACHANDE	30
IDENTIDADE, REIVINDICAÇÕES E DIÁLOGO	
BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE	34
EM DEFESA DA REGULAÇÃO DA MÍDIA	
BRUNELA VINCENZI.....	47
PELAS NARRATIVAS DOS REFUGIADOS	
CARLA CERQUEIRA.....	52
MARCAS DA DITADURA EM PORTUGAL	
CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO	59
LUTA ÁRDUA, PENOSA E DURADOURA	
CICILIA M.KROHLING PERUZZO	65
MOVIMENTOS POPULARES ENTRE A OMISSÃO, A SUPERFICIALIDADE OU A CRIMINALIZAÇÃO DA MÍDIA	
CLAUDIA SANTIAGO GIANNOTTI	71
SÍNDROME DO PENSAMENTO ÚNICO	
DÁRIO BOSSI.....	76
DIREITOS AMBIENTAIS SÃO DIREITOS HUMANOS	
DEOLINDA CARRIZO	90
A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
EDNA CALABREZ MARTINS.....	94
ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES	
ERIKA CAMPELO.....	108
DESCONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE AS MINORIAS	
FRANCESCA GARGALLO.....	119
FEMINISMO COMO AÇÃO POLÍTICA	
FREI SERGIO ANTONIO GÖRGEN	134

TEMOS UMA CAUSA E NELA ESTÁ A NOSSA FORÇA	
GIOVANNI FELIPE ERNST FRIZZO	142
VALORIZAÇÃO DA IMPRENSA CONTRA-HEGEMÔNICA	
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO GALIZA	150
CONVENCER A SOCIEDADE DE QUE NOSSAS PAUTAS SÃO VÁLIDAS	
JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ	157
VALE A PENA LUTAR E SE ORGANIZAR	
KEILA SIMPSON	166
CIDADANIA DAS PESSOAS TRANS	
LAM MATOS	173
PRESSA DE VIVER DE FORMA DIGNA	
LYDIA ALPIZAR	179
DEFENDER AS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS	
MÁRCIO ZONTA	193
EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	
MARCOS WILLIAN CAMPOS DE OLIVEIRA	197
QUEBRANDO A BLINDAGEM DA MÍDIA TRADICIONAL	
MARIA EDUARDA DA ROCHA MOTA	206
TRABALHO DE BASE E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	
MARIA LUCIA LOPES DA SILVA	217
RESISTÊNCIA AO PROJETO NEOLIBERAL	
MARINA POGGI	232
LA SOCIEDAD EN RED ACTUALIZA LOS MOVIMIENTOS SOCIALES E SUS LUCHAS	
MIGUEL STEDILE SOLANGE ENGELMANN IRIS PACHECO	242
COMUNICAÇÃO E ORGANICIDADE DO MST	
MÔNICA CUNHA	259
NÃO SE PODE MATAR NOSSOS FILHOS E NOS MANTER CALADAS	
OMAR CERRILLO GARNICA	265
ATIVISMO DIGITAL NO MÉXICO	
PRISCILA GAMA	272
AÇÕES AFIRMATIVAS CONTRA O RACISMO	
RAFAEL FORTES	277

AI DE QUEM QUEBRAR A VIDRAÇA DE UM BANCO	
RENATO JANINE RIBEIRO	288
A POLÍTICA PRECISA DE DIÁLOGO	
ROMERO JÚNIOR VENÂNCIO SILVA	298
A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ PRÓPRIA DOS TRABALHADORES	
ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA	305
DESAFIOS DOS ATIVISTAS EM AMBIENTES SOCIAIS INTERCONECTADOS	
TÂNIA CRISTINA CRUZ	311
HOJE É MAIS DIFÍCIL DILUIR OU VIOLENTAR DIREITOS POPULARES	
TÂNIA MARIA SILVEIRA	316
QUALQUER GRITO NO AR É UM INCENTIVO	
THIAGO APARECIDO TRINDADE	325
MOMENTO DE REARTICULAÇÃO E REAGRUPAMENTO DA ESQUERDA	
VAGNER FREITAS	337
SER VISÍVEL É QUESTÃO CENTRAL	
A CAPA	342
AS ORGANIZADORAS	343

“E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)

movimentos e as reivindicações dos seus integrantes ao mesmo tempo em que deixam abertas as possibilidades de diálogo e composição com os representantes do poder formal responsáveis por viabilizar as transformações que a Sociedade Civil reclama.

“A primeira estratégia de criminalização é calar os criminalizados. Interditar o acesso do sujeito à comunicação. Ele é apenas o “objeto” da matéria, não é ouvido.”

BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE

Em defesa da regulação da mídia

Bruno Lara²

Mineira da cidade de Tombos, Beatriz Vargas é professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (UnB), onde se doutorou em 2011. A sua participação é ativa no campo dos direitos humanos e sociais. Entre outras atividades, ela integra a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, o Grupo Candango de Criminologia, o Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação, o Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança, todos ligados à UnB. Foi membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça. Recentemente, um manifesto de mulheres e coletivos sociais lançou-a como antecandidata à ministra do Supremo Tribunal Federal, em protesto contra nomes que circulavam como possíveis indicados do presidente da República. O documento teve a adesão de mais de 5.000 pessoas, entre professores, estudantes, jornalistas, artistas, economistas, políticos, juízes e advogados. Defensora da comunicação pública, ela publica textos na imprensa alternativa.

² Jornalista da UnBTV e doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (UFRJ/IBICT). E-mail: bruno.lara@yahoo.com.br

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos? Cite exemplos.

Não é uma pergunta fácil de responder, porque não se refere a certos e determinados Movimentos Sociais, como também não faz um recorte temporal mais preciso. Então, antes de definir o meu recorte, vou falar de uma maneira mais conceitual, mais geral. A partir da observação dos Movimentos Sociais no Brasil, levando em consideração as análises sociológicas sobre o tema, penso que o papel desses movimentos pode ser descrito, genericamente, a partir dos eixos dos direitos fundamentais e as suas “gerações” – para usar a expressão de Norberto Bobbio, que se tornou “clássica” no campo jurídico. O primeiro eixo é representado pelas lutas de reconhecimento e conquista de direitos, enquanto que o segundo diz respeito às reivindicações de distribuição/redistribuição de renda ou riqueza.

Bobbio relaciona o primeiro eixo aos direitos civis, direitos fundamentais de primeira geração (vida, liberdade e igualdade), que surgiram e se desenvolveram como mecanismos contra o poder discricionário do Estado. Portanto, aí também estão incluídos os direitos políticos, direitos de participação na esfera política estatal, enfim, direitos de integração do cidadão ao Estado. Aqui se situam as demandas das chamadas minorias, que são pautas sexuais, étnicas, raciais e outras relacionadas às “novas identidades” e às diversas “tribos culturais”, como as formadas por mulheres, indígenas, negros, LGBTs, portadores de sofrimento mental, deficientes físicos, crianças e idosos, grupos religiosos, prostitutas, enfim, uma extraordinária gama de identidades particulares. O que hoje em dia caracteriza o papel desses movimentos é a fragmentação de identidades, a afirmação e o fortalecimento de diversidades, o respeito à diferença. Nada têm de universalistas. Nesse primeiro eixo, também podemos inserir as pautas dos direitos de terceira e quarta geração, como a de preservação do meio ambiente, direitos do consumidor, proteção do patrimônio genético e a bioética.

No segundo eixo estão as pautas distributivas ou redistributivas ligadas aos direitos sociais, os de segunda geração na classificação de Bobbio, que são os direitos materiais, as demandas do cidadão ao Estado. Estão relacionadas ao trabalho, à previdência e assistência social, educação, saúde, moradia, transporte etc. Eu gosto muito da forma como o sociólogo Bernardo Sorj, no livro “A democracia inesperada”, define os direitos civis, políticos e sociais em seu processo de criação e desenvolvimento. Ele diz que, *“do ponto de vista sociológico, essa dinâmica de formação de direitos foi um processo de institucionalização de mecanismos de integração daqueles grupos sociais que o capitalismo, inicialmente, condenara à subordinação e/ou à pobreza”*.

Os Movimentos Sociais têm atuação nesses eixos, não necessariamente vinculando os dois. Podem ou não aliar as demandas de reconhecimento com as demandas de redistribuição ou demandas materiais. Hoje em dia, é possível afirmar que, em geral, é pequeno, ou até mesmo nulo, o impacto desses movimentos na distribuição material direta ou indireta, via trabalho e

renda ou pelo acesso a bens e serviços públicos, com exceção de dois movimentos importantes no Brasil: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), destaques pela atuação direta na luta por direitos sociais ou distributivos.

Estou falando de Movimento Social como algo distinto de outras organizações ou entidades civis. Quero me referir a formas coletivas de organização social diferentes das associações comunitárias e das ONG's (organizações não-governamentais), distintas das associações civis sem fins lucrativos ou dos chamados conselhos (instâncias formadas por representantes do poder público e da sociedade civil). Então, refiro-me ao Movimento Social como tipo específico de coletivo ou grupo organizado para a ação social, visando objetivos ou resultados determinados que têm a ver com o interesse comum desse grupo ou coletivo.

Estou apenas apresentando alguns esclarecimentos o que, de certa maneira, é uma simplificação, porque a discussão teórica é mais complexa. Entender os Movimentos Sociais ou o papel por eles desempenhados é um desafio. Essa discussão passa pela análise de elementos de definição dos movimentos, pela dificuldade de reconhecimento de características comuns nas ações desses atores coletivos, como origem, forma de atuação, autonomia, independência, institucionalização, democracia na base organizativa e outros. Só quero destacar que os Movimentos Sociais participam dessa multiplicidade de organizações da sociedade civil, entre as quais estão também os sindicatos e mesmo os partidos políticos, além daquelas outras organizações antes mencionadas. Movimentos Sociais e sociedade civil são conceitos relacionados, sendo que o primeiro está contido no segundo. Nenhum deles se confunde com o Estado ou com o mercado.

A partir desse panorama de configuração de Movimentos Sociais em referência à classificação dos direitos, e embora seja possível reunir todos eles na chave maior de “direitos humanos ou direitos fundamentais”, a conclusão é a de que o seu objetivo varia em função da natureza do direito e o seu papel também vai mudar de acordo com o contexto histórico.

Tentando refinar um pouco mais a resposta e realizar alguns recortes, de maneira geral, penso que podemos afirmar que o papel dos Movimentos Sociais no Brasil desde o final da década de 1970 e, sobretudo, na redemocratização, foi por reconhecimento e conquista de direitos, inclusive de direitos distributivos, cuja concretização é sempre mais difícil e encontra grande resistência por parte dos detentores do capital, a classe dominante.

Em 1982, houve eleição direta para governadores em todo o país. Os anos de 1983 e 1984 foram marcados por grandes manifestações populares por direitos políticos, notadamente as “Diretas Já” (a emenda Dante de Oliveira foi derrotada na Câmara dos Deputados, o que adiou a realização de eleições diretas para a Presidência da República). Os Movimentos Sociais que vinham se organizando desde a década de 1970, na última fase da ditadura militar, tiveram participação ativa no período da Assembleia Nacional Constituinte até a promulgação da Constituição de 1988. A própria Carta Cidadã abriu espaço para a regulamentação da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas. Aliás, a década de 80 no Brasil coincidiu com o crescimento das ONG's e do chamado “terceiro setor”. Surgiram novos movimentos urbanos, como os feministas e ecológicos, novo sindicalismo urbano e rural e as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base),

organizadas por ativistas católicos. Se você consultar a bibliografia das ciências sociais sobre o período, verá que o tema dos “novos sujeitos e movimentos” dominou a discussão. O sociólogo Boaventura de Sousa Santos faz essa observação no livro *Pela Mão de Alice*, de 1999. De lá para cá, o neoliberalismo ou, como diz Alain Lipietz, o capitalismo expansionista de mercado, foi ganhando terreno. Esse período (1970/1980) coincidiu, na Europa e nos Estados Unidos, com a crise do *Welfare State Keynesiano*, o Estado de bem-estar social, desmontado gradualmente até os anos de 1990. Esse processo representou grandes transformações na economia mundial capazes de solidificar o fenômeno da globalização.

A minha área de pesquisa está mais concentrada na relação entre Movimentos Sociais e segurança pública. Posso dizer que esses movimentos foram muito ativos a partir dos anos de 1990. Ao final da década, é mais visível o aumento da violência policial contra jovens negros das periferias dos grandes centros urbanos, como observa Fernando Luís Coelho Antunes, em sua tese de doutorado defendida recentemente na Faculdade de Direito da UnB, intitulada “Criminologia e movimentos sociais: a participação da sociedade civil nas políticas de segurança e de direitos humanos dos Conselhos nacionais”.

Acompanho mais de perto, também, o MST. Nos últimos tempos, principalmente depois da ruptura democrática em que a presidenta Dilma Rousseff sofreu *impeachment* por meio de processo sem fundamento constitucional, a violência no campo aumentou de maneira drástica. Segundo relatório da Comissão Pastoral da Terra, houve 60 mortes de trabalhadores rurais em 2016. Foi o ano mais violento desde 2003, quando esse índice chegou a 71. É a partir desse mesmo marco, em função do desmonte de direitos sociais, que o MST se junta a outros movimentos, no exercício de um papel que mais se identifica, agora, com o de luta pela preservação de conquistas e resistência às perdas no campo dos direitos materiais. É uma ação reativa, seguindo a tendência dos movimentos dos países centrais, onde o desmonte do Estado Social produziu esse tipo de reação

Em 2013, ocorreu uma mudança significativa no cenário político desde a redemocratização. Os movimentos que tomam conta das cenas públicas são, num primeiro momento, atores de esquerda sem vinculação com o Partido dos Trabalhadores (PT), como é o caso do Movimento Passe Livre (MPL) e dos Comitês Populares dos Atingidos pela Copa (COPAC's), aqueles que convocaram as primeiras manifestações. Numa fase mais adiantada dos protestos, entram em cena também atores conservadores que não apareciam nas ruas desde 1964. Esses movimentos emplacaram a bandeira “anticorrupção”, praticaram o que Jessé Souza chama de “fulanização da corrupção”, atribuindo-a a um determinado partido ou pessoas desse partido, dando a tônica de oposição aos governos petistas. Uma grande quantidade de jovens participou dessas dinâmicas, declarando não possuir filiação político-partidária. Em várias ocasiões, bandeiras de partidos ou centrais sindicais foram proibidas. Essa é a grande mudança. Desde a fase de redemocratização, a participação social estava vinculada a um determinado campo político. Em 2013, essa ligação é quebrada. Rompe-se o que Leonardo Avritzer chamou de “monopólio do fato da participação”, com movimentos e atores sociais ligados ao PT. Avritzer descreve essa ruptura desde 2011, final do período Lula, pela acumulação de conflitos de movimentos sociais com o governo federal, sobretudo os movimentos ambientalistas e indígenas, “impasses da democracia no Brasil”.

Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos? Cite exemplos.

Essa é outra pergunta que também requer um esclarecimento inicial. Liderada pela Rede Globo, a comunicação brasileira é dominada pela mídia privada conservadora, que abrange tanto emissoras de TV, rádios, jornais, revistas e até a internet. A chamada mídia alternativa, em alguns momentos, consegue pautar a mídia tradicional, mas até o espaço comunicativo da internet ainda é dominado pelos veículos tradicionais. Isso não quer dizer que a mídia independente não dispute esse espaço, conseguindo quebrar a lógica da narrativa única e apresentando versões dissidentes do discurso hegemônico. Avritzer revela que no dia 06 de junho de 2013, o site interagentes.net indicou que os endereços mais acessados foram o portal do Estadão (do jornal O Estado de S. Paulo), os perfis de redes sociais do Movimento Passe Livre (MPL), o Anonymous Brasil, Mídia Ninja, Carta Capital e o site do jornal O Globo.

Eu percebo que, geralmente, a mídia tradicional não é “amiga”, digamos assim, dos movimentos sociais. A ênfase é nos boletins policiais, não há uma preocupação com as versões dos envolvidos. Há uma tendência na formação de opinião negativa contra esses movimentos. Isso fica muito claro, por exemplo, em relação ao MST ou ao MTST, que são os mais “condenados” pela imprensa tradicional. Predomina nas matérias um modo de narrar que é criminalizador.

O noticiário sobre os movimentos sociais dos últimos anos, desde 2013, é um bom caso a ser explorado nessa pergunta. Na primeira fase das manifestações em São Paulo, com o MPL à frente, a TV Globo e os jornais Estadão, O Globo e Folha de S. Paulo, entre outros veículos, só falavam em “caos e vandalismo”. Os atores eram descritos como sendo jovens estudantes baderneiros ligados ao PSOL, ao PSTU e ao MBL. Essa narrativa predominou nas manifestações que ocorreram nos dias 6, 7 e 11 de junho. Na sequência, foi possível observar a transformação na análise dos fatos nos próprios editoriais dos jornais, que passaram do “vandalismo” à defesa da liberdade de manifestação. Arnaldo Jabor, por exemplo, na TV Globo e também na rádio CBN, chegou a comparar os manifestantes aos membros de organizações criminosas, perguntando o que poderia provocar um “ódio tão violento contra a cidade”, ressentindo-se dos apedrejamentos contra os policiais. Questionou o porquê daqueles jovens “revoltosos de classe média” não lutarem contra a PEC 37, ao invés de brigarem por causa de vinte centavos no preço das passagens. Disse que os manifestantes eram a “caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende”. A vinculação entre o vandalismo e a esquerda persistiu, embora de forma não tão explícita, na cobertura da TV Globo sobre as manifestações de rua contrárias à PEC 55³ e, mais recentemente, contrárias às “deformas” trabalhista e da Previdência.

Mas... voltando a junho de 2013, os protestos contra o aumento das tarifas se disseminaram para outras capitais brasileiras, até como reação à repressão policial, e ganharam outras bandeiras

³ Proposta de Emenda à Constituição que trata sobre o corte de investimentos públicos por 20 anos.

locais não muito diferentes daquelas que caracterizam os movimentos sociais desde a redemocratização. A reação da polícia, no dia 13, foi brutal. Há registros de que houve muita gente ferida, inclusive jornalistas atingidos por balas de borracha, um fotógrafo atropelado pela PM, um saldo de 300 prisões, incluindo a de jornalistas e outras para “averiguação”. Detenções ocorreram até por conta de “porte de vinagre”. Começou, então, a mudar a forma como a grande mídia passou a noticiar os protestos. A mídia tradicional partiu para a condenação do excesso de violência, enfatizando o direito à manifestação, além de reportar as críticas de organizações internacionais sobre a hostilidade contra os jornalistas.

A partir de 17 de junho, a proporção do movimento aumentou significativamente, saindo do escopo de liderança do MPL ou dos COPAC’s. As bandeiras começam a mudar e os noticiários já revelavam total empatia com os manifestantes. No mesmo dia, Arnaldo Jabor admitiu na CBN ter errado em seus comentários do início de junho. Disse que o movimento “é muito mais do que 20 centavos”. *“O Movimento Passe Livre tinha toda a cara de anarquismo inútil, e temi que toda a energia fosse gasta em bobagens, quando há graves problemas no Brasil. Mas desde quinta-feira, com a violência policial, ficou claro que há uma inquietação tardia”*⁴.

O aumento das tarifas de transporte foi sumindo das reivindicações. No dia 20 de junho, quando o preço das passagens já havia sido reduzido, 1,4 milhão de pessoas foram às ruas de mais de 10 capitais brasileiras. Naquele momento, a imprensa já havia feito as pazes com os manifestantes, cujas pautas se converteram na defesa da PEC 37⁵ e no fim da corrupção. Já havia, então, uma mescla de bandeiras de mais de um matiz ideológico ou mesmo de nenhuma vinculação político-partidária. Já sem controle sobre os movimentos, o MPL divulgou uma nota afirmando que não convocaria mais manifestações dali em diante.

A grande mídia publicou algumas análises mais diferenciadas sobre os acontecimentos, mas a narrativa, a partir daí, começou a se distinguir muito entre a imprensa tradicional e as mídias alternativas. Leonardo Avritzer destacou, no livro *Impasses da Democracia no Brasil*, que *“as manifestações de junho foram o primeiro evento público que questionou na raiz o controle do espaço midiático”*. E isso não apenas porque os participantes criticavam a postura da imprensa em relação aos movimentos, mas principalmente porque os participantes passaram a se orientar e a se informar pelas mídias alternativas. O site Mídia Ninja se destacou na cobertura dos movimentos. Outro elemento novo que surgiu nesse período no ambiente das redes de comunicação foram os sites de perfil conservador, como o Movimento Contra a Corrupção e Acorda Brasil. No dia 21 de junho, no campo da internet, a mídia tradicional perdeu lugar para as mídias alternativas. O site *interagentes.net* identificou que os veículos mais acessados foram o Anonymous Brasil, seguido do Movimento Contra a Corrupção, o site do jornal Última Hora, Isso é Brasil, A Verdade Nua & Crua, A Educação é a Arma para Mudar o Mundo, Rede Esgoto de

⁴ Conteúdo disponível em: <http://cbn.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/17/AMIGOS-EU-ERREI-E-MUITO-MAIS-DO-QUE-20-CENTAVOS.htm>

⁵ Proposta de Emenda à Constituição que previa a retirada de competência do Ministério Público nas investigações criminais.

Televisão e, por último, o Estadão. Essa informação está no mesmo livro do Avritzer, já mencionado.

Na sequência, a pauta dos grandes veículos foi dominada pela questão da corrupção e da política institucional. Aliás, o que não é notícia da política oficial, dificilmente está na mídia. Figuras como a de Eduardo Cunha, o deputado que recebeu a denúncia contra a presidenta Dilma Rousseff, por exemplo, ganhou muito espaço na grande mídia, assim como o candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves. Já no curso do *impeachment*, jornais, TV's e rádios chegaram ao ponto de ignorar as cenas públicas de oposição ao processo. Quando as manifestações não podem ser ignoradas, a sua importância é reduzida. Até o tempo de cobertura das manifestações é maior ou menor, a depender do campo político de onde provêm. Tem sido conferido um tratamento jornalístico muito diferenciado aos dois polos das manifestações. Os movimentos ligados às pautas sociais tradicionais são desqualificados como representantes do "povo". O povo que foi para as ruas vestia verde e amarelo, eram ordeiros, pacíficos.

É mais difícil comentar sobre diferenças de noticiários entre os veículos, porque uma resposta mais segura exigiria uma análise aprofundada. De cara, eu afirmaria que os grandes veículos têm uma postura parcial em relação a um determinado campo político, um viés conservador. A Globo, além de hegemônica, também influencia outros veículos. Então, considerando a mídia tradicional, vejo semelhança na posição editorial. Existem algumas diferenças sobre o posicionamento dos veículos tradicionais em relação a algumas pautas de direitos que, de qualquer modo, integram a pauta liberal. É o caso da Folha de São Paulo, que já manifestou sua posição pela descriminalização do uso de droga, por exemplo. Essa é uma demanda da classe média, uma demanda inserida na categoria da liberdade, dos direitos de liberdade. Os veículos dominantes perdem a empatia quando se trata da pauta por direitos materiais, sociais. Em comparação com O Globo e o Estadão, a Folha tem uma política diferenciada de abrir um espaço mais plural de comentários ou artigos de opinião, mas não é diferente dos demais veículos no tocante às coberturas e reportagens, nas escolhas e modos sobre o que vai repercutir, se de forma negativa ou positiva. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, por exemplo, é citado três vezes mais do que o juiz Sérgio Moro, segundo o manchetômetro (<http://www.manchetometro.com.br/>), e de forma negativa. Se você considerar o grupo Abril, essa viés negativo aumenta ainda mais. As capas da revista Veja são um exemplo disso.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais? Cite exemplos.

Sim. Penso que a grande imprensa brasileira contribui bastante para isso, o que não quer dizer que a forma como a mídia lida com os movimentos seja imutável ou retilínea. Outra coisa é que a imprensa tem que manter, para sua própria credibilidade, um lastro mínimo de coerência com os fatos.

A imprensa mais silencia do que noticia os movimentos. Não historia os fatos, não os contextualiza e não dá voz aos atores sociais. O MST e o MTST são exemplos típicos desse

estereótipo, cujas imagens transmitidas destacam uma atuação marginal, fora da lei, por parte desses grupos. Os eventos noticiados são preferencialmente ocupações e conflitos violentos em assentamentos. As versões normalmente apresentadas para os conflitos são as oficiais, fornecidas pelas forças policiais envolvidas. A visão cotidiana do conjunto desses eventos é muito pobre, até pela ausência de interlocução com seus porta-vozes. Na resposta anterior, há outro exemplo desse estereótipo, no tratamento conferido pela imprensa ao MPL no início das manifestações de junho de 2013. O movimento foi vinculado à esquerda radical e os seus integrantes foram igualados pelo rótulo de “vândalos” e “baderneiros”.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Cite exemplos. Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Ninguém mais acredita na imparcialidade jornalística, não é? A neutralidade é um mito. Para assinantes ou mesmo leitores menos frequentes de jornais e revistas, para espectadores de TV ou ouvintes de rádios não é difícil identificar essas vinculações. Os principais veículos brasileiros de informação estão ideologicamente identificados com a direita ou com o centro, todos alinhados com as propostas políticas chamadas neoliberais, dado o caráter mercantil e o interesse privado dos grandes grupos. Ora, são empresas capitalistas na área da comunicação. Eu estou chamando de “principais veículos” aqueles da grande mídia privada, os que dominam o mercado da comunicação. Esses principais veículos foram os grandes críticos e opositores das reformas sociais defendidas pelos movimentos no período da Constituinte. Eram utilizados argumentos contra os direitos sociais (trabalhistas, previdenciários e de assistência) semelhantes aos que usam hoje em favor das reformas propostas pelo governo federal, contra o “atraso econômico” e “em favor do desenvolvimento”.

Os direitos seriam uma “catástrofe à produção, pois representariam desestímulo ao investimento do capital com aumento do desemprego”, ou “seriam inócuos, porque não seriam respeitados pelo mundo real da economia” ou, finalmente, “ameaçariam os direitos já conquistados”, conforme aponta Francisco Fonseca em artigo publicado na revista Scielo. A licença-maternidade remunerada, por exemplo, funcionaria, na prática, no discurso daqueles jornais, como restrição do mercado ao trabalho feminino. Hoje, esses mesmos grupos e veículos investem fortemente no discurso da responsabilidade fiscal, das reações do mercado, da necessidade de “modernizar” as relações trabalhistas, enfim, nas mudanças necessárias para “tirar o Brasil do passado” e inseri-lo nos “novos tempos”. É claro que essa linha ultrapassa os limites editoriais e dá a tônica das matérias, das coberturas, dos comentários. Essa vinculação política e ideológica forma um discurso que colide com as reivindicações dos Movimentos Sociais contrários à política neoliberal, e reforça a desigualdade na distribuição do poder de comunicação e de participação no debate público sobre assuntos de interesse da maioria da população brasileira. A imprensa hegemônica é antidemocrática.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Cite exemplos de fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais.

É difícil oferecer uma resposta conclusiva sobre essa questão. Consigo identificar algumas situações em que o mesmo fato ocorrido no Brasil teve uma repercussão diferente na mídia nacional e na internacional. Aliás, no geral, eu penso que a grande mídia tem um padrão muito semelhante, tanto no Brasil como no exterior, em países europeus ou nos Estados Unidos. São empresas alinhadas com o mercado, têm interesses próprios a defender.

A agência *Associated Press* e, por intermédio dela, jornais como o *New York Times* e *Washington Post*, deram destaque à greve geral do dia 28 de abril deste ano no Brasil. Eu não tenho condições de medir o peso dessa mesma notícia nos veículos nacionais, mas, veja, o conteúdo das matérias não foi muito diferente. O *Wall Street Journal* se referiu ao sistema previdenciário brasileiro como “generoso” e disse que a política econômica dos últimos anos “acabou com a receita fiscal” brasileira. Esses comentários impõem uma visão unilateral do assunto, como se não houvesse outra opinião. Se você ler o *Le Monde*, um dos principais jornais conservadores da atualidade, poderá observar semelhanças com o estilo de outros jornais da mesma linha, inclusive os brasileiros. Seriam muito bem-vindas pesquisas sobre esse tema. Falar de “imprensa internacional”, por outro lado, é algo muito genérico, muito amplo. A *Al Jazeera*, por exemplo, é diferente da BBC. Seria preciso refinar isso, ou seja, fazer comparações e análises pontuais.

No curso do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, por exemplo, o que eu observei foi uma cobertura mais “substancial” e menos “adjetiva” da imprensa internacional, se comparada à abordagem nacional. Os veículos brasileiros mostraram uma tremenda má vontade em relação às “ruas”, quando as manifestações eram contrárias ao processo ou mesmo durante a tramitação da PEC 55. Os manifestantes contrários ao *impeachment* ou à emenda constitucional do teto de investimentos públicos, que a internet batizou de “PEC do fim do mundo” ou “PEC dos banqueiros”, não eram “povo”, eram ativistas da CUT, do PT, da esquerda e ponto final. A grande mídia brasileira simplesmente ignorou parte importante dos Movimentos Sociais no período pós-*impeachment*, nem chegaram a entrar na pauta desses jornais uma boa parte das mobilizações, manifestações, debates, seminários, muitos deles realizados dentro das universidades ou em outros espaços públicos. Não divulgaram uma única nota e não compareciam nem mesmo quando eram convidados. Há uma barreira em relação a notícias cuja divulgação não interessa aos jornalões.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade? Cite exemplos.

A imprensa é importante porque é comunicação, é informação, é, em última análise, poder. Ter acesso à imprensa, como a outros meios de comunicação, é condição essencial para a transformação de relações de poder e atuação política. Os Movimentos sempre se comunicaram com a sociedade, seja por meio de panfletos, publicações próprias, rádios etc. Para Manuel Castells, a internet é particularmente adequada para “a autonomia comunicativa da qual os movimentos sociais dependem”. A internet não é a única estratégia que pode ser adotada pelos Movimentos Sociais para dialogar diretamente com a sociedade, mas, sem dúvida, propicia essa “autonomia comunicativa” como nenhum outro meio. Esse recente modelo de comunicação tem, inclusive, uma vantagem sobre os veículos tradicionais: ultrapassa imediatamente as fronteiras de um território.

Quais são as estratégias, inclusive discursivas e linguísticas, de parte da grande imprensa para criminalizar os movimentos sociais? Cite exemplos.

Esse é um processo complexo. A primeira estratégia de criminalização é calar os criminalizados. Interditar o acesso do sujeito à comunicação. Ele é apenas o “objeto” da matéria, não é ouvido. As estratégias discursivas, não só a construção linguística, mas também a paralinguística (os elementos não verbais da comunicação), trabalham com representações sociais, aproveitam-se de compreensões prévias, fazendo circular ideias “naturais” impregnadas de sentido, como “essa descrição você já conhece, já sabe do que estou falando”. Omitir alguns dados e destacar outros, apresentar informações incompletas ou defeituosas, “errar” na indicação de informações, sustentar opinião sobre falso entendimento do campo específico (como no caso de conceitos jurídicos, por exemplo), enfim, uma série de estratégias de construção de um discurso que estabelece sentido, para convencer sobre determinada conclusão. Isso quando o discurso é mais sofisticado, porque há situações em que a incriminação é explícita.

Um exemplo desse tipo de estratégia foi usada pelo portal G1, no dia 30 de novembro de 2016, em matéria sobre a manifestação contra a PEC 55 em Brasília. Naquele dia, houve atos de depredação, ações de dano patrimonial. A resposta da polícia foi excessiva e indiscriminada sobre todos os manifestantes. O G1, no entanto, se concentrou na “ação de grupos que praticaram danos e depredações”. O balanço final da reportagem foi um julgamento sobre o conjunto dos manifestantes, expondo um juízo de valor a respeito do caráter da manifestação. Os integrantes foram apresentados como “estudantes” e “ativistas políticos”, como se não houvesse outros atores sociais presentes. Apaga-se todo o contexto, e dessas ações sobra apenas a depredação. Por outro lado, a violência policial foi completamente omitida⁶.

Outro exemplo de discurso de criminalização foi o editorial do Estadão de 24 de outubro de 2016 (“STJ decreta a prisão de três integrantes do MST”). Nesse caso, eu apresentei, com a concordância do MST, uma resposta ao editorial. O texto circulou em algumas mídias na internet,

⁶ A matéria "Ato contra PEC no DF deixa placas destruídas e prédios pichados" pode ser lida através do link http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/11/ato-contrapec-no-df-termina-com-placas-arrancadas-e-predios-pichados.html?utm_source=facebook&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=share-bar.

como no Jota Info, no GGN e em outros meios⁷. Concluí que o “Estadão não entendeu nada”. Não sei se entendeu. O fato é que distorceu. Segue um trecho da resposta apresentada que ilustra bem a questão da pergunta:

“1) Não é exata a afirmação de que a Sexta Turma do STJ “decretou a prisão de três dos integrantes do MST”. Aqui há dois erros. O primeiro é de narrativa do fato. As quatro ordens de prisão partiram de um juiz da Comarca de Santa Helena de Goiás e foram mantidas pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás. Essa é a razão pela qual foi impetrado habeas corpus no STJ. Segundo, há erro jurídico na informação, pois, em julgamento de habeas corpus, a prisão pode ser mantida ou revogada, mas nunca decretada. Não se decreta prisão em julgamento de habeas corpus, que é ação constitucional de defesa da liberdade de ir e vir (art. 5º, inc. LXVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil).

2) Errou também o Estadão ao afirmar que as “invasões” ocorreram numa fazenda de propriedade do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE). Não. A fazenda relacionada à decisão comentada no editorial nada tem a ver com a propriedade registrada em nome do senador, denominada Agropecuária Santa Mônica, próxima aos municípios de Alexânia, Abadiânia e Corumbá de Goiás, região autodeclarada improdutiva e parte integrante de um complexo de mais de 21 mil hectares. A fazenda Santa Mônica foi, no ano passado, ocupada por mais de três mil famílias Sem Terra. Fruto dessa mobilização, acompanhada de denúncias contra desmatamento ilegal e especulação fundiária, é o processo de assentamento de cerca de 500 famílias em diferentes regiões do Estado e a inserção de mais de duas mil e quinhentas no programa de assentamento até o início de 2017. As famílias Sem Terra seguem firmes na reivindicação de que a Agropecuária Santa Mônica seja destinada à reforma agrária.

O habeas corpus citado no editorial tem relação com outro latifúndio localizado no município de Santa Helena de Goiás. Reocupada por cerca de mil famílias de trabalhadores rurais Sem Terra, a fazenda Várzea das Emas está na mesma propriedade onde se situa a Usina Santa Helena – atualmente em processo de recuperação judicial e parte de um conglomerado de empresas pertencentes ao grupo Naoum, dono de outras usinas falidas em Mato Grosso e de hotéis em Brasília e região. A dívida total da Usina gira em torno de 1,2 bilhão e o imóvel já foi adjudicado em ação de execução fiscal promovida pela União, para quitar parcela insignificante de dívida de seus proprietários com a Fazenda Pública Federal. Após a adjudicação, a Fazenda Pública expressou interesse em destinar o imóvel ao INCRA para a realização da reforma agrária.

3) Outro equívoco contido no editorial é a afirmada oposição entre o Código Penal e a Lei nº 12.850/2013, passando a falsa ideia de que uma lei teria sido superada pela outra. O Código Penal é apresentado como “anacrônico”, enquanto a Lei de 2013 é saudada como “inovadora”. Nesse ponto, o editorial desinforma e comete uma sucessão de erros cuja gravidade denota verdadeiro desprezo pelo campo jurídico, como se esse fosse “terra de ninguém” a ser explorada por qualquer aventureiro, despreocupado com o grau de ignorância, alheia ou própria, a respeito dos conceitos legais. Esse é o principal erro do editorial, pois, ao contrário do que dá a entender, a

⁷ O texto pode ser acessado através do link <http://jornalgggn.com.br/noticia/beatriz-vargas-sobre-habeas-corpus-e-editoriais-do-estadao>.

Sexta Turma do STJ decidiu, por unanimidade, que a Lei nº 12.850/2013 não se aplica ao caso, quebrando a espinha dorsal da própria denúncia que o Ministério Público de Goiás ofereceu contra os quatro integrantes do MST.

O ministro Rogério Cruz destacou que “participar de movimentos sociais, entre eles o MST, não é crime”. A ministra Maria Thereza de Assis Moura se referiu à “importância dos movimentos sociais”. O ministro Antonio Saldanha também se manifestou sobre a importância dos movimentos sociais no cumprimento da Constituição da República e no contexto democrático. Todas as falas estão registradas em gravações e notas taquigráficas, documentos que podem e devem ser consultados pelo jornal Estadão. A manutenção da prisão de três entre os quatro militantes do movimento não teve, portanto, relação alguma com a tese da organização criminosa que, ao contrário, foi afastada pela Sexta Turma.

A decisão de manter a prisão preventiva em desfavor dos outros três acusados está amparada em outros argumentos e fatos que não a “organização criminosa” e se baseiam em relato incipiente da polícia local. Enquanto o habeas corpus tramitava no STJ, os militantes acusados eram ouvidos pela primeira vez no juízo onde corre o processo. Uma série dessas acusações já se mostrou infundada. Os advogados do MST estão esperançosos de que as prisões remanescentes sejam anuladas no Supremo Tribunal Federal, em consequência de novos elementos de prova já colhidos no juízo da acusação.

O editorial do Estadão, ele sim, distorce os fatos e interpreta mal o sentido da decisão do STJ, ao sugerir a ideia de que a manutenção de três das quatro prisões está fundamentada na acusação de prática do crime de “constituir ou integrar organização criminosa” (art. 2º combinado com art. 1º, § 1º, da Lei nº 12.850/2013). Na ação penal que tramita perante o juízo criminal da Comarca de Santa Helena de Goiás, quatro ativistas do movimento são acusados de constituírem e integrarem organização criminosa. Nos termos da denúncia, essa organização seria o próprio MST.

Por que não interessa a parte da grande imprensa dar legitimidade e voz aos movimentos sociais?

Essa questão vai depender da natureza da pauta do movimento. Pode ser que haja interesse da grande imprensa em dar visibilidade a determinados fatos. Em geral, o que explica essa falta de interesse da grande imprensa em dar legitimidade e voz aos movimentos sociais é a natureza da pauta, se coincide ou não com o interesse da empresa. Quando a bandeira do movimento é por direitos sociais, materiais, em dissonância com o interesse capitalista, neoliberal, a barreira é frequente. É o caso da luta pela distribuição da terra.

Como as pesquisas acadêmicas lidam com essa representação pública dos movimentos sociais? E como as universidades podem contribuir para esclarecer melhor essa questão?

A representação pública dos movimentos não é uma coisa rígida, imutável, porque depende da existência de condições para a criação do debate, do desencadeamento da discussão com vistas ao convencimento. Varia de acordo com o contexto, com a natureza da pauta, com o maior ou menor interesse social pelo tema. Essa representação depende da circulação de ideias, de argumentos, das condições do espaço comunicativo. Os movimentos sociais disputam esse espaço comunicativo porque querem atingir a opinião pública, chegar ao centro decisório do poder e produzir transformações.

Esse quadro deve ser considerado na pesquisa acadêmica sobre a representação pública dos movimentos sociais. Eu estou entendendo por representação pública a “imagem” desses movimentos na esfera pública. Isso também pode ser a representação dos próprios movimentos sobre si mesmos, sobre as suas ações, estratégias e objetivos, sua percepção ou sua “visão de mundo” que, de alguma forma, está materializada em suas demandas e reivindicações. As pesquisas acadêmicas vão definir a forma de entrada nesse campo da representação, definir o problema, recortar tempo e espaço de análise, enfim, oferecer perguntas e respostas que auxiliem a compreensão do objeto delimitado.

Há muitas formas de entrada nesse campo. Na área do direito, interessa estudar os mecanismos de participação, com vistas, eventualmente, a testar a importância das regras de participação popular na implantação de políticas públicas, por exemplo. Aquele trabalho de mestrado que eu mencionei antes, de autoria de Fernando Luís Coelho Antunes, é um caso desses. É um trabalho situado entre o direito e a criminologia. Ele vai falar da participação da sociedade civil nas políticas de segurança e de direitos humanos dos Conselhos nacionais respectivos. A criminologia aí é importante, porque estabelece o referencial a partir do qual será feita a análise e a crítica das políticas. A contribuição das universidades é pela via da pesquisa, pela compreensão das condições de produção da representação dos movimentos sociais. Os resultados dessas análises podem ser úteis aos próprios movimentos, podem ser apropriados por eles.

Considerações finais:

Eu quero destacar a importância da regulação da mídia no Brasil. A sociedade brasileira precisa fazer esse debate, entender o que é regulação, até mesmo como condição para o efetivo exercício da liberdade de expressão. Quanto maior o poder e a influência de uma determinada empresa de comunicação, maior a necessidade de um sistema legal regulador. Regulação não tem nada a ver com censura, mas com o fluxo da pluralidade de ideias, com a abertura de espaços para comunicação dos dissensos. Essa é a própria essência da democracia. Trata-se de uma questão urgente e necessária. A regulação contribui para o amadurecimento da experiência democrática. Eu diria que precisamos abrir mais janelas para enxergar melhor o horizonte.

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)



Universidade de Brasília

